

FHC

Cultura de 100 dias

- 8 ABR 1995

9661 HAV 8-

GERALDINHO VIEIRA

JORNAL DE BRASÍLIA

Vale para toda ação humana o princípio de que são melhores (ou menos perigosos) os erros cometidos num percurso objetivamente planejado do que as capotagens ou a imobilidade em razão de ausência de projeto. É salutar entender-se "ausência de projeto" como falta de firmeza nas decisões e não como anemia de idéias. O Caderno 2 publica hoje a avaliação que artistas, produtores e a própria secretária de Cultura — professora Maria Duarte — fazem dos primeiros 100 dias de governo da Frente Brasília Popular, eleita com o slogan da "Cultura como vetor de transformações". A comunidade de artistas e/ou produtores está insatisfeita. Nada de se estranhar quando mesmo a secretária admite que uma suposta prioridade para a Cultura não se reflete na realidade orçamentária. Da mesma maneira como admite estar, sua equipe, perdida "pela apreensão em assumir uma posição autoritária, e este medo de ser autoritário pode emperrar o processo decisório". Há de se destacar a rara sinceridade ("os políticos divulgam o que é bom e escondem o que é ruim" — Rubens Ricupero) de Maria Duarte. Mais que isso, é importante sublinhar a riqueza de toda e qualquer postura ética, para o que a declaração da secretária é exemplar ilustração. O perfil de ações, rea-

ções, encontros e desencontros que o Caderno 2 traça para os 100 dias da Cultura pode ser ampliado para uma visão da totalidade do governo Cristovam Buarque (e aliados).

É óbvia a conclusão de que o governo quer governar e que a sociedade está ansiosa para que o governo comece a governar (ou governe com mais precisão de propósitos). Na área cultural, a questão miséria absoluta de recursos é fatal. Costuma-se cobrar que produtores e ativistas, artistas e políticos do setor exerçam suas funções embriagados pelo ópio da criatividade, já que não há dinheiro. Não podemos cair neste conto. Os teatros precisam de constante manutenção, as grandes exposições só podem ser montadas com elevados seguros das obras, grupos de dança e teatro que já provaram qualidade e competência são estimulados em todo o mundo desenvolvido através de subvenções versus contrapartidas. Aqui, no Brasil e em Brasília, só querem as contrapartidas. Artista brasileiro sempre teve cara de bandido, e 99% (por concessão) dos empresários brasileiros (brasileiros idem) preferem o lucro da especulação a investir no futuro cultural da cidade. É fundamental, portanto, que o governo e os partidos políticos (não pode haver oposição xiita quando o

assunto é cultura) revejam com urgência urgentíssima a faixa orçamentária que deve caber à Secretaria de Cultura (e Esportes). O governo, a secretária e o próprio governador não podem se recusar a jogar todas as fichas disponíveis na procura de parcerias. Aí mora o problema: empresários são homens práticos, práticos demais. São um espelho fiel do que o Presidente disse sobre o Congresso: "É toma-lá-dá-cá". A busca de parceiros só é bem-sucedida se os projetos forem claros, se os retornos publicitários forem visíveis e vantajosos. Neste ponto — assim como a falta de orçamento digno apontado por Maria Duarte é pura verdade —, as reivindicações dos produtores e artistas quanto à falta de definições de projetos e excessos de reuniões "assembleísticas" é antes um grito (governem!) do que uma crítica massacrante. A sede de que haja governabilidade é tamanha, que nenhum administrador deve temer limpar sua área dos fisiologismos habituais pós-vitória eleitoral, onde incompetentes e lobistas da causa própria ganham espaço e impõem projetos de realidade apenas virtual.